

MARIO ALVES E GRAMSCI

MARIO ALVES E GRAMSCI:

A "revolução democrática ativa"

Mário Alves...o mais brilhante intelectual da direção do PCB. Sua cultura não se limitava ao domínio do marxismo e se estendia à produção acadêmica e à literatura. Escrevia com elegância e impressionava pela clareza quase perfeita da exposição oral. Apesar da graduação em ciências sociais, era um intelectual antiacadêmico e colocava todo o pensamento a serviço da prática (Jacob Gorender, in "Combate nas trevas").

Tornou-se hábito, quando se fala em Gramsci no Brasil, nos referirmos a dois ciclos gramscianos: no primeiro, estão as publicações dos anos 60; o segundo, estão os trabalhos a partir da segunda metade dos anos 70 até a metade dos anos 80. Nesta 1ª fase, Gramsci vinha desvinculado das perspectivas de transformação socialista, e mais ligado as questões estéticas. É no segundo ciclo, que encontraremos produções que tomam Gramsci como referência para pensar a formação brasileira.

Emir Sader, na introdução à Coletânea que organizou para "Brasiliense" ("Gramsci: Poder, Política e Partido, 1990), faz um balanço da recepção do pensador italiano em nosso país. Vale a pena a longa citação:

No Brasil, os textos de Gramsci começaram a ser conhecidos no transcurso dos anos 60. Até então a teoria política marxista se limitava praticamente aos textos de análise histórica concreta de Marx, a O Estado e a Revolução e alguns outros escritos de Lênin. A própria crise da linha política encarnada pelo PCB e pelo populismo getulista -assim como fenômenos internacionais tais como a revolução cubana e as divergências sino-soviéticas-

produziram condições para o interesse por autores como Gramsci, Trotski, Isaac Deutscher, Che Guevara. A difusão desses autores, recém-iniciada, foi cortada bruscamente pelo AI-5 e a conjuntura de endurecimento maior da repressão e da censura, paralelas à derrota da resistência clandestina à ditadura militar.

Quando as condições para a continuidade de sua edição reapareceram, a conjuntura política - nacional e internacional- já era outra. O neoliberalismo estava em maré ascendente, reproduzido no Brasil pela teoria do autoritarismo. Daí o perfil baixo das obras de Gramsci, reduzido - quando não silenciado- a um teórico da cultura ou adornando tentativas frustradas de implantação do eurocomunismo no lado de baixo do Equador.

Quando a transição originada na crise da ditadura desembocou num regime híbrido entre o velho e uma variante cabocla do neoliberalismo, que batalha pela despolitização geral como apanágio da modernidade tecnocrática, a luta pela construção de uma alternativa democrática nacional e popular, centrada na força organizada dos trabalhadores, encontra na obra de Gramsci propostas e sugestões únicas no conjunto do pensamento político".

Há uma polémica em torno a estas questões, matizada por ensaios de C.N. Coutinho e de Edmundo F. Dias. Entretanto, não é este o centro do nosso texto.

De qualquer forma, nem tanto a Deus nem ao Diabo. De um lado, o próprio Coutinho assinala que

a recomendação gramsciana de que "a tarefa fundamental era nacional, ou seja, requeria um reconhecimento do terreno e uma fixação dos elementos de trincheira e fortaleza representados pelos elementos da sociedade civil(...) [esse terreno muda] de Estado para Estado, como é evidente, mas precisamente isso requer um cuidadoso reconhecimento de caráter nacional"(Q,866). Sem negar os progressos realizados, cumpre admitir que esse reconhecimento, no caso brasileiro, ainda está em grande parte por ser feito.

De outra parte, um dos intelectuais hegemônicos no ciclo gramsciano petista, Emir Sader, afirmou -em uma espécie de balanço das esquerdas brasileiras neste final de século-, que :

O texto mais inovador, que teve mais influência, foi o do Carlos Nelson Coutinho, sobre o valor universal da democracia. Em um país em que a democracia tinha sido uma quimera, em que nem a esquerda havia enfrentado a questão democrática em toda a sua extensão e profundidade, esse texto representou uma novidade radical. Ele fez o que devia fazer. Não se pode esperar que ele resolvesse todos os problemas que levantou. Houve leituras que favoreceram uma concepção liberal da transição democrática, subestimando sua dimensão social. Essa era uma leitura possível do texto. A problemática gramsciana chegava por essa via, mas a esquerda não soube integrá-la, enraizando na nossa história e na nossa luta social, política e ideológica o conceito de hegemonia, o que teria sido um diferencial marcante na sua ação nos anos 80 e 90 (...) como muito bem observou José Luis Fiori, a esquerda terminou entrando nos anos 80 desaparecida para entender a profundidade da crise capitalista no Brasil, incluída a do Estado, esperando que a democracia resolvesse todos os nossos problemas.

Contudo, aquém e/ou além destes ciclos, podemos encontrar outros revolucionários brasileiros que, de forma não sistemática e orgânica, usaram algumas categorias gramscianas em suas análises de aspectos da formação brasileira.

Neste sentido, gostaríamos, especialmente, de explorar alguns elementos em relação a Mário Alves, dirigente do PCB e fundador e secretário-geral do PCBR.

Sobre Mário Alves há uma "conspiração do silêncio"; seu corpo está até hoje desaparecido; suas ideias, sua produção teórica, no essencial, é desconhecida e, resgatá-la não será tarefa fácil. Na literatura da esquerda sobre o período da luta armada contra a ditadura militar, pouco se fala sobre Mário Alves. Por exemplo, uma publicação do porte do "Dicionário histórico-biográfico Brasileiro-1930-1983", apesar de trazer verbetes sobre Marighella, Mário Pedrosa, Lamarca, Prestes, não há nenhum sobre M. Alves.

Assim, quando se tenta reconstruir o pensamento do principal fundador e secretário-geral do PCBR, apontamos neste texto um elemento importante de suas ideias: convergência ou "afinidade eletiva" (M.Lowy) com o pensamento do marxista italiano Antônio Gramsci; com o conceito de "revolução passiva", mais especificamente com o seu corolário, isto é, a crítica da revolução passiva: a "revolução ativa de massa" (A Adler).

No Seminário intitulado "Hegemonia y Alternativas Políticas en América Latina" (realizado em Morelia-México, fevereiro 1980), coordenado por José Arico, Emilio de Ipola e Liliana de Riz, em texto conjunto, citam Ch.Buci-Glucksman: "a teoria da revolução de Gramsci aparece como uma 'contra-revolução passiva' ou uma 'revolução democrática ativa'".

Só uma análise mais rigorosa do conjunto dos escritos de M. Alves, poderia determinar se essa afinidade é uma intuição não sistematizada ou se foi desenvolvida de forma orgânica e sistemática em sua obra, ou se é apenas um momento isolado da mesma.

Em conversa no INCA com Jacob Gorender, seu companheiro desde a juventude na Bahia, nos afirmou que Mario Alves dificilmente teria conhecido as obras de Gramsci.

As análises sobre Gramsci e o Brasil, passam pelos ensaios de Carlos Nelson Coutinho. Neste sentido, quando Coutinho assinala "a presença de Gramsci no Brasil", ou o "uso" de suas categorias na análise da formação social brasileira", aponta os nomes de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Luiz Werneck Vianna, Marco Aurélio Nogueira, etc., no que diz respeito ao conceito de "revolução passiva". Coutinho destaca, também, o "uso" da categoria de "via prussiana", como complemento de "revolução passiva". Sobre a relevância desta categoria, remetemos aos trabalhos de Coutinho, especialmente, o ensaio "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira".

A partir deste patamar, nosso trabalho abordará os seguintes aspectos:

1. ampliar o leque de pensadores que utilizaram ideias no campo deste conceito, principalmente Mário Pedrosa e Carlos Marighella;

2. abordar a "crítica da revolução passiva", através do conceito de "revolução anti-passiva", ou "revolução democrática ativa";

3. mostrar como este último conceito está presente, de forma ' , digamos, intuitiva-não sistemática', em Mário Alves.

GRAMSCI NO BRASIL

Para Coutinho,

Gramsci chegou ao Brasil no início dos anos 60... antes ninguém o conhecia efetivamente entre nós... o marxismo da época tinha como principais fontes "teóricas" os manuais de "marxismo leninismo". Assim, nos escritos de Astorjildo Pereira, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodre "não há nenhuma menção à sua obra (de Gramsci)". Este só passou a ser conhecido no Brasil, no final dos anos 50. Com as lutas populares de antes do golpe militar de 64, o marxismo se diversificou, "iniciou um processo, embora ainda tímido, de abertura pluralista". Foi, então, que surgiram as primeiras referências à Gramsci por jovens intelectuais comunistas, em publicações culturais ligadas ou influenciadas pelo PCB.

Neste "primeiro ciclo gramsciano" no Brasil, Coutinho assinala as seguintes publicações:

"Ângulos" (Salvador, número 11, dezembro de 1961);

"Estudos Sociais" (Rio, número 18, dezembro de 1963)

"Estudos Sociais"" (número 17, junho de 1963)

Em 1962, Michel Lowy publica a primeira análise sistemática sobre o pensamento de Gramsci, na Revista "Brasiliense".

Ainda nos anos 60, temos os livros de Leandro Konder (Marxismo e Alienação, de 1965) e "Os Marxistas e a Arte" (1967).

As "Cartas do Cárcere" e a "Concepção Dialética da História", foram publicadas em 1966, pela Editora "Civilização Brasileira", marcando o início das obras de Gramsci no Brasil.

Destaca-se o artigo de Otto M. Carpeaux, "A vida de Gramsci" (Revista "Civilização Brasileira", n.7, maio 1966).

Por sua vez, na América Latina, as edições "Lautaro" na Argentina, foram pioneira na divulgação da obra de Gramsci. Por exemplo:

"Cartas desde el Carcel" data de 1950.

"Notas sobre Maquiavelo, sobre Política y sobre el Estado Moderno", data de 1962

"Los Intelectuales y la organización de la Cultura", data de 1960

"El Materialismo Histórico y la Filosofía de Benedetto Croce", data de 1958

Juntos com "Literatura y Vida Nacional", estes livros constituíram as "Obras Escogidas" de Gramsci, na Argentina. Traduzidos da edição Einaudi dos "Cadernos do Cárcere".

Este trabalho pioneiro foi obra de Jose M. Arico e Héctor P. Agosti, sobretudo, este último. Em 1959, Agosti lançou um livro em que utilizava Gramsci abundantemente, sobretudo a categoria de "hegemonia". Trata-se de "Nación y Cultura", ediciones Proyección. Este livro era de conhecimento de Astrojildo Pereira: em 1961, Agosti dedicou um exemplar ao comunista brasileiro, onde se lê a seguinte dedicatória; "Para Astrojildo Pereira, fraternalmente. 21 marzo 1961".

José Arico em "Genealogia de uma leitura" nos fala de um texto do escritor argentino, Ernesto Sabato, "provavelmente o primeiro comentário em espanhol dedicado a resgatar a figura de Antonio Gramsci como pensador e revolucionário. Foi publicado em 'Realidad', a revista de ideias e ideias que entre 1947 e 1949 animou Buenos Aires...".

O texto de Sabato intitulou-se "O Epistolario de Gramsci", em que aborda as Lettere del Cárcere (Turin, Einaudi, 1947", então premiadas com o Premio Viareggio. Sabato explicita o plano de Gramsci para os "Cadernos do Cárcere".

Sobre Hector Agosti, Arico esclarece que "foi em seu livro sobre 'Echeverria'(Futuro,1951) onde pela primeira vez um escritor utilizou as categorias analíticas de Gramsci para examinar uma época determinada de nossa história nacional". Para Arico, neste livro, Agosti usou "elementos de um esquema interpretativo que não só evoca Gramsci, senão que nos três primeiros capítulos fundamentais de seu livro se nutre abundantemente das ideias e das expressões deste".

A obra escrita de Agosti abarca uns 20 livros, cobrindo um espectro cultural muito amplo: história, literatura, estética, jornalismo. Além do 'Echeverria' e "Nacion y Cultura", destacam-se, por sua inspiração gramsciana, o 'Informe ante la primera Conferencia de Intelectuales Comunistas(1956) e 'Ideologia y Cultura'(1979). Entretanto, antes das ideias de Gramsci, em nível de publicações, formarem um "sistema" no Brasil, ocorreram "momentos decisivos", fragmentados e dispersos. Parafrazeando Antonio Candido. Por exemplo:

Dainis Karepovs assinalou a existência de "referências à Gramsci já nos anos 30: uma brochura de Romain Rolland, "Os que morrem nas prisões de Mussolini; A Gramsci", traduzida no Brasil pela "Udar", São Paulo, 1935. Gramsci aparece, também, em um artigo publicado no jornal "O Homem Livre" (dirigido por Mário Pedrosa), assinado por Gofredo Rosini, militante da "Oposição de Esquerda do PCB", intitulado "Enquanto se prepara o "raid" de Balbo" - como se assassina A Gramsci" (número 4, de 17/06/1933).

Em 1947, a revista "Literatura", ligada ao PCB, publica um texto de E. Carrera Guerra sob "As Cartas de Gramsci".

A atriz Leila Abramo, revela que por volta de 1950, vindo da Itália trouxe a edição italiana das "Cartas do Carcere" e os volumes já publicados dos "Cadernos "de Gramsci; A encomenda era para o trotskista Hilcar Leite.

Mário Alves e Gramsci

Seria provável que Mário Alves tivesse conhecimento deste panorama das obras gramscianas, principalmente, por sua atividade como jornalista e teórico do PCB. Será,

precisamente, na Revista "Estudos Sociais" que escreverá o texto que analisaremos adiante.

C. N. Coutinho, analisando a questão da "revolução passiva" na obra de Caio Prado Jr, aponta seus "limites" justamente em "não ter captado os elementos "ativos" no processo social, o que lhe teria permitido avançar para "revolução ativa". Afirma Coutinho que "as analogias entre o *Risorgimento* italiano e os eventos que constituem o processo de Independência e da consolidação do Estado Imperial no Brasil são significativas, assim, não é casual que Caio Prado Junior, escrevendo sobre esses eventos em 1933 - no mesmo momento, portanto em que Gramsci elaborava seu conceito de "revolução passiva"- tivesse chegado a resultados muito semelhantes aos do pensador italiano".

Caio Prado, estudando movimento populares, como a Balaiada, "se refere 'a presença em tais elementos de um 'subversivismo esporádico e elementar'. Assinala Coutinho que "Caio Prado indica na ausência da auto-organização e da coesão dos grupos sociais subalternos, o que os impede de tornarem-se atores políticos efetivos, as raízes da derrota de uma via 'jacobina' para resolução de nossa questão nacional".

Assim, "Caio Prado Jr. Lançou os fundamentos para uma adequada compreensão marxista da via *não clássica* de transição no Brasil para o capitalismo", contudo, "pagou um tributo às concepções terceiro-internacionalistas da democracia".

Em relação a Florestan Fernandes, C. N. Coutinho assinala que ele usa o termo de "contra-revolução prolongada", que é outra terminologia para "revolução passiva". Nos anos 70, aponta diversos autores: Luiz Werneck Vianna, José Carlos Brum Torres, Marco Aurélio Nogueira, etc.

Um antigo ensaio¹ aborda as "afinidades" entre Mario Alves e Gramsci, sobretudo em relação ao conceito de "revolução ativa de massa", o corolário do conceito gramsciano de "revolução passiva". Além disso, a experiência de Mario Alves no PCB dos anos 1950 foi fundamental na sua visão da relação Partido - Massas. Mario Alves foi um dos autores de textos que refletiam o acúmulo de forças através das experiências rurais dos anos 1950 desenvolvidas pelo PCB: República de Formoso e

¹ Mario Alves e a revolução antipassiva, Cláudio Nascimento - Revista Brasil Revolucionário – São Paulo: IMA Instituto Mario Alves de Estudos Políticos, 1993

Trombas, Guerrilha de Porangatu, ambas em Goiás e Revolta de Porecatu no Paraná.

Em seu livro sobre Formoso e Trombas, Cunha mostra que:

Como indicativo dessa reflexão militante e desse esforço de intervenção, temos os “Textos dos anos 60”, (A questão agrária no Brasil, 1980), conjunto de ensaios elaborados nesse fértil período histórico de incorporação teórica e prática das experiências acumuladas dos anos 50 por vários intelectuais pecebistas, entre eles Mario Alves, Nestor Vera, Rui Faco, Carlos Marighella, grupo esse que ficou conhecido por “Corrente Esquerdista de Vanguarda”, todos com uma longa ação militante no movimento comunista e no movimento social.

Nos textos de Mario Alves reconhecemos afinidades com categorias gramscianas².

Para Paulo Ribeiro, em sua obra *Aconteceu Longe Demais*:

O objetivo desse debate era a superação e a crítica necessárias a uma nova compreensão sobre a questão agrária no Brasil e o papel do campesinato no processo revolucionário em que, particularmente nos ensaios de Mario Alves, Nestor Vera, o camponês adquire centralidade. Nestas leituras, havia uma reavaliação de alguns aspectos que começavam a ganhar relevância no debate político à época, ou seja, o papel a ser desempenhado pela burguesia e a questionabilidade da luta armada (p.44).

Paulo Ribeiro ressalta e utiliza conceitos gramscianos para entender alguns elementos da experiência de “Formoso e Trombas” tais como: conselhos, hegemonia,

² Ver também “O labirinto Gramsciano – Gramsci e a Questão da Hegemonia ” (mimeo)

guerra de posição, guerra de movimento, partido. E podemos mesmo falar de formas comunais de ação solidária, de autogestão nos **mutirões (“traição”)**, na **Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas** e sobretudo nos **25 “Conselhos de Córregos”** fundados pelos atores da experiência.

Paulo Ribeiro remarca:

Talvez possamos sugerir - na linha do exposto na Introdução deste trabalho - que essa concepção de partido, Associação, Conselho “esteve muito próxima de um enfoque gramsciano sem Gramsci”.

Sem dúvidas, Alves incorporou elementos dessa experiência na construção, primeiro da “Corrente Revolucionária” e , logo em seguida, do PCBR, do qual foi fundador e secretário-geral no final dos anos 1960.

Mário Pedrosa e Carlos Marighella

Carlos Marighella utiliza a expressão de "via prussiana", ao passo que Mário Pedrosa explicita, em texto de 1930, de forma brilhante e no campo conceitual do trotskismo, o caráter "passivo" da burguesia brasileira. Em sua "Opção Brasileira" (1966), Pedrosa traça no capítulo IV, elementos importantes sobre a história política do Brasil. Usando o conceito de "Bonapartismo", próximo ao de "revolução passiva", Pedrosa nos apresenta uma análise próxima ao instrumental gramsciano.

Mário Pedrosa, então, cita a análise de "um grupo de jovens marxistas", de tendência trotskista, que tentou uma análise da situação brasileira de 1930. Este texto foi publicado no número de fevereiro-março da revista "La Lutte de Classes", dirigida por Pierre Naville.

Este artigo analisa a natureza da burguesia brasileira e mostra que "o enigma da burguesia brasileira era que nasceu no campo e não nas cidades", assim, "politicamente,

como se sabe, os fazendeiros de café foram vencidos pela revolução de 30, cuja tarefa econômica profunda, embora talvez não consciente, era abolir a hegemonia do fazendeiro de café sobre o poder central. A revolução, porém, não pode completar sua obra... A burguesia industrial, nascida em grande parte de capitais acumulados na exportação capitalista do café, não fez contra ela - a burguesia cafeeira - nenhuma revolução; fez com ela um acordo, uma espécie de comodato para juntas, como classe dirigente desfrutarem o Estado... O tipo social do burguês dominante no Brasil é bifrontal, como uma personagem mítica: ele é proprietário da terra, de um lado, e do outro, é proprietário do capital... Na base de toda ligação entre agrário e industriais, uma condição criada no Brasil, está uma pressuposição essencial: a preservação da intocabilidade da estrutura agrária... Esperar o surgimento de um conflito fundamental de classe, que alinhasse os industriais contra seus velhos aliados, seus descendentes, era esperar milagre... na verdade, se fosse necessário buscar uma analogia histórica para situar as posições da burguesia rural e da burguesia industrial do Brasil, seria naquela "pacífica interpenetração" verificada na Inglaterra depois da revolução extremamente violenta de Cromwell... O processo brasileiro não foi de fusão após uma revolução como na Grã Bretanha (esta sim, democrática burguesa acabada), mas de membros de um mesmo tronco familiar que partem para estabelecer suas vidas e negócios em diversas partes".

Portanto, os autores do texto, Mário Pedrosa e Livio Xavier, na mesma época em que Caio Prado Jr. fez seu trabalho, nos oferecem uma análise próxima ao campo conceitual de Gramsci.

Mário Pedrosa, em seu exílio nos EUA, durante o Estado Novo, voltaria a usar categorias gramscianas. Desta feita, para analisar todo um longo período histórico como caracterizado pela "revolução passiva" ou na sua maneira de falar "reformas contra-revolucionárias", as quais opõe as "reformas revolucionárias".

PEDROSA caracteriza, então, todo o período do pós-Guerra como de "reformas contra-revolucionárias" e, neste aspecto, junta-se a visão de Giuseppe Vaca, que anos após a análise pedrosiana, chama o mesmo período de "ciclo da revolução passiva" (L'URSS staliniana nell "analisi del "Quaderni del cárcere", in "Critica Marxista", 1988 e, "Gorbacev e la sinistra europea, Editori Riuniti, 1989).

Aliás, em sua Tese sobre "Vanguarda Socialista", jornal dirigido por Pedrosa após sua volta dos EUA, Isabel Loureiro mostrou a influencia de Gramsci no pensamento do autor de "A Opção Brasileira".

“Parece pertinente aproximar o conceito de 'ditadura social' de Pedrosa do de 'guerra de posição' de Gramsci, tal como foi lido pelo Eurocomunismo. Na sua "Opção Imperialista", Pedrosa cita de Gramsci, a "Antologia degli Scritti", editori Riuniti, Roma, 1963, que pode ser encontrada no seu “Cafernaum”, hoje arquivado na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Em seu longo exílio norte-americano, Pedrosa travou conhecimento com a chamada tendência "Johnson-Forest", pseudônimos de C. L. R. James e Raya Dunayevskaya, respectivamente. Pedrosa era muito próximo politicamente de James, pois tinham participado, como delegados, da fundação da IV Internacional, em 1938, em Paris. Deslocaram-se para New York, enquanto membros da direção da Quarta, ainda em 1938.

Esta tendência marcou uma nova análise da natureza da URSS. Seu universo político-intelectual está marcado por Rosa Luxemburgo, o "Jovem Marx", os Conselhos Operários. Iria influenciar o grupo que se chamaria, na França, "Socialismo e Barbárie", dirigido por Castoriadis e Claude Lefort.

É sintomático que, os exemplos de revolucionários brasileiros, ora apresentados, centram-se na questão da reforma agrária, na relação latifúndio burguesia. Esta é uma questão central para democracia política e social no Brasil.

Por sua vez, Marighella utilizando o conceito de "via prussiana" afirma que "As contradições entre as forças produtivas e as relações de produção chegaram a um ponto crucial. Elas nos dão a caracterização no Brasil de um desenvolvimento à moda prussiana, sob a ação e a influencia do imperialismo". Neste texto, Marighella detém-se de forma minuciosa na análise da renda da terra no Brasil, especialmente, nas culturas do café, algodão e cana. Apenas no final do texto, tenta uma visão explicativa da questão na sua totalidade. Cita, então, de Lenin "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia", de Marx "O Capital", e de Leontiev "A Economia Política".

Mesmo que o fundador e dirigente da ALN não amplie o conceito de "via prussiana" aproximando-o da "revolução passiva", é importante sua contribuição no que diz respeito a este tema.

Já, a importância de Mário Alves, reside em ter captado a dinâmica ou a "dialética da revolução passiva", se bem que de forma não-sistemática, através da crítica prática da "revolução passiva" presente nas lutas de massa do período anterior ao golpe militar de 64. Neste sentido, sem utilizar a terminologia gramsciana e sem uso sistemático, opera com o conceito "revolução ativa de massa".

Entretanto, como encontramos, a partir de Gramsci, este conceito de "revolução anti-passiva"?

Especialmente nas análises de C. Buci-Glucksmann e F. Felice, a partir do Colóquio de Florença -1977, destaca-se o conceito de "revolução passiva" nas obras de Gramsci, como categoria fundamental da ciência política, ampliada em sua operatividade e enriquecida de novas determinações.

Alguns analistas da obra gramsciana tinham em baixa relevância essa categoria, por exemplo, M.A Macchiocci afirma que "para Gramsci esta expressão de 'revolução passiva' tem um sentido pejorativo". Os trabalhos de C.B. Glucksmann recuperaram e projetaram uma nova dimensão estratégica da categoria gramsciana. inclusive, indo "além de Gramsci", ao desenvolver a categoria de "revolução anti-passiva".

Este último conceito, enquanto crítica da revolução passiva, nos permite assinalar os "momentos orgânicos" na história das classes subalternas, em que se manifestam novas formas de democracia de base, de auto-organização, independência e autonomia de classe.

A revolução ativa de massa caracteriza-se pela construção do "consenso ativo", que repousa na capacidade de uma classe tornar-se hegemônica. Para C. B. Glucksmann "a estratégia da hegemonia como expansiva, como anti-revolução passiva, não visa a constituição de sujeitos por imposição e/ou interpelação ideológica; ela deve produzir sujeitos através das práticas políticas que permitam o autogoverno democrático das massas: a autogestão".

O já citado Seminário de Morelia , teve como eixo de debates o tema da “Hegemonia”, em relação a transformação social na América Latina. Nesse sentido, delineia-se uma perspectiva de análise da história político-social do Brasil, numa linha de crítica da revolução passiva. Pensamos que Mário Alves traçou elementos importantes neste sentido, ao assinalar os elementos de auto-organização e independência de classe nas lutas dos subalternos.

Sem dúvidas, Mario Alves levou uma grande vantagem em relação ao período que Caio Prado Jr. analisou. Foi um momento muito diferente daquele que foi objeto da análise de Caio Prado nos anos 30. O período em que M.Alves analisa a reforma Agrária, os camponeses, estudantes, trabalhadores apresentavam em sua práxis elementos de auto-organização, autonomia, ativos e revolucionários. Como foi dito, o período da análise de Caio Prado, imperavam os "elementos não ativos", o "subversivismo molecular". Este período, as décadas de 50 e 60, nas palavras de Antônio Cândido (analisando uma tese sobre o cinema brasileiro) é caracterizado como:

[...] Descreveu o último momento em que a cultura burguesa reinou incontrastada no Brasil como sendo 'a cultura'. O último momento em que a cultura 'que fosse boa para a burguesia era boa para todos'. Até então não se tinham manifestado visivelmente fora da burguesia forças que impusessem 'culturas' paralelas. No fim do decênio de 50 e começo de 60 a coisa começou a mudar. Naquela altura começamos a ver no Brasil, não de maneira isolada, através de vanguardas, mas como grandes movimentos de estudantes, populares e intelectuais, um esboço de processo muito mais intenso, capaz de interessar setores mais vastos da sociedade em seus diversos níveis. A este respeito se poderia falar realmente de um tipo de cultura que, embora protagonizada por pessoas que na maioria eram de origem burguesa, ou melhor, de classe média, estavam procurando se desprender dos interesses e mesmo de muitos valores mais especificamente burgueses. Refiro-me a coisas como o cinema novo, as tentativas de teatro popular, as caravanas Freire e o avanço infelizmente logo cerceado do admirável governo de Miguel Arraes. O fenômeno foi tão importante que os poderes competentes tomaram providências imediatas... A partir de 1º de abril de 1964 tais providências foram drásticas em relação a tudo isso, a todo esse esboço de

movimento cultural paralelo e até certo ponto antagônico ao da burguesia.

Florestan Fernandes também depõe sobre esta época:

Tenho a impressão de que este período que vai de 64 a 68 foi o período de verdadeiro amadurecimento da luta por uma democracia real no Brasil. As contradições se uma sociedade de classes apareceriam de forma mais profunda, no caso da história do Brasil... realmente a sociedade brasileira viveu, naquele curto período de tempo, a tal fase pré-revolucionária que alguns tinham colocado no início da década de 60.

Dois Caminhos da Reforma Agrária: revolução passiva ou revolução ativa de massa

Em texto publicado na Revista "Estudos Sociais" (junho de 1962), Mário Alves analisa a reforma agrária no Brasil, assinalando a via da "revolução anti-passiva". Assim,

Tomando consciência de seus interesses reais, os homens explorados do campo avançam no caminho da luta de sua organização, realizam seus Congressos independentes, travam combates parciais contra o latifúndio (Formoso, Galiléia, Santa Fé, Sapé) e irrompem na vida política do país como uma força revolucionária cada dia mais atuante e disposta a anular os privilégios seculares dos latifundiários.

Assinalando, portanto, a ação revolucionária dos subalternos, Mário Alves capta a dialética da revolução anti-passiva. Em relação a este processo das classes subalternas, afirma: "setores ponderáveis das classes dominantes procuram encontrar formulas que modifiquem a situação no campo sem afetar substancialmente os seus interesses. Dispõem-se a seguir o caminho das concessões, com o intuito de obstar a solução revolucionária do problema da terra".

Sem uso da terminologia de Gramsci, Mário Alves põe claramente o espírito da revolução passiva da burguesia-latifúndio. De forma mais clara e eloqüente, o dirigente do PCB finaliza sua análise afirmando que:

O bloco das classes dominantes que predomina no poder, composto por burguesia e latifundiário aburguesados, trata a seguir da via das transformações lentas e graduais, realizadas exclusivamente de cima para baixo, através de compromissos e concessões mútuas entre o capitalismo ascendente e a propriedade latifundiária. Este curso da reforma agrária pretende excluir a participação ativa e independente das massas camponesas, precisamente porque se contrapõe aos seus interesses fundamentais e se orienta em função dos interesses da burguesia e dos latifúndios que empregam processos capitalistas.

Conclui: "A natureza profundamente antidemocrática da pretensão revela-se, assim, no fato de que os maiores interessados na transformação da estrutura agrária acham-se totalmente excluídos dos órgãos incumbidos de executá-la". Mário Alves, avança a outra via, a da revolução ativa de massa:

outro é o caminho que corresponde aos interesses dos camponeses e do povo brasileiro, não o do compromisso com o latifúndio, mas o da luta revolucionária para transformar profundamente a estrutura agrária [...] Deve ser uma reforma que altere basicamente as relações sociais no campo e asseste um golpe demolidor na classe caduca dos latifundiários. Este curso exige a ação independente das massas camponesas, em aliança com a classe operária e todas as forças progressistas [...] A reforma agrária só poderá ter êxito e vencer eficazmente os obstáculos opostos à sua concretização se for baseada na mobilização consciente das massas do campo através de suas organizações [...] A luta pela reforma agrária radical se funde, portanto, com a luta por um novo poder político efetivamente democrático [...]. Os camponeses, os operários, o povo brasileiro, estão por uma reforma que seja uma revolução.

Mário Alves assinala que "O I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961, formulou os princípios gerais sobre o carregar dessa profunda transformação na estrutura economico-social do país".

O Projeto Político de Mario Alves para o PCBR

Nosso papel consiste em elaborar, de modo autônomo, a orientação revolucionária adequada às condições brasileiras [...] (Mario Alves)

O PCBR foi fundado na 1ª Conferência Nacional, em abril de 1968, em que foi aprovada sua "Linha Política". Este documento, tudo indica, foi redigido por MA. Vejamos alguns aspectos centrais, com foco na parte 3, intitulada de "O caminho revolucionário no Brasil":

Como quase todas as organizações da época, defende-se a luta armada como forma principal da tomada do poder. Nos interessa mais o processo, ou seja, as formas de luta e de organização.

No curso do processo revolucionário, é preciso coordenar várias formas de lutas de massas, pacíficas e não-pacíficas, legais e ilegais. As formas de ação legais ou pacíficas devem ser utilizadas para desenvolver o movimento popular, mas com emprego exclusivo de tais meios a revolução não pode ser vitoriosa. A violência reacionária só pode ser vencida com a violência revolucionária. Todas as demais formas de luta devem servir ao desenvolvimento da luta armada e não lhe constituir obstáculo (...)

Colocar a luta armada, sob a forma de guerra de guerrilhas, como tarefa principal, não exclui – mas, pelo contrário, acentua – a necessidade de impulsionar o movimento de massas nas cidades e no campo.

Em nosso país, devido à existência de uma indústria relativamente desenvolvida, as grandes concentrações operárias podem e devem constituir as bases fundamentais do movimento revolucionário nas cidades. De outro lado, a luta armada no campo só poderá ter êxito se contar com o apoio das massas de camponeses e trabalhadores agrícolas.

Ao mesmo tempo que preparam e desencadeiam a ação guerrilheira, cabe, portanto, às forças revolucionárias a missão de desenvolver as lutas das massas trabalhadoras da cidade e do campo por seus interesses vitais, contra a ditadura e por transformações radicais da sociedade. A luta de guerrilhas deverá entrelaçar-se com as greves econômicas e políticas da classe operária, com ações camponesas pela terra, com manifestações de rua dos estudantes, dos trabalhadores e de todo o povo. (...)

Dentro dessa concepção – e ao contrário do que prega a chamada teoria do foco –, a luta armada não constitui um processo independente que se baste a si mesmo.

A mobilização do povo contra a ditadura e o imperialismo exige a unidade das forças populares. A frente única popular, que se há de forjar no fogo da própria luta, incluirá operários, industriais, trabalhadores agrícolas e camponeses, estudantes e intelectuais, setores das classes médias, grupos religiosos progressistas, elementos das forças armadas etc. Esta frente única será realizada através das ações de massas e da luta armada, e não por meio de conchavos de cúpula. Por seu conteúdo social, deverá representar a grande maioria da nação, excluindo a burguesia e os latifundiários que constituem a minoria reacionária dominante. Mas só poderá ser conseqüente se tiver por base um sólido núcleo de forças de esquerda. (...)

A acumulação de forças e mobilização das massas exigem a combinação das formas legais e ilegais de luta e organização. (...) Devem dotar as organizações revolucionárias de uma sólida estrutura clandestina, preparando-se para uma luta árdua e prolongada. (...) Entretanto, a necessidade de ligação com as massas impõe a utilização de todos os meios legais de luta, de propaganda e de organização, que forem viáveis nas condições da ditadura. Cumprir participar dos sindicatos e de outras organizações de massas, mesmo que se achem sob controle reacionário (...)

No ponto abaixo, MA fala do que depois passou a se chamar de Organizações

Autônomas de Massa:

O critério fundamental de organização das forças populares deve ser o da organização pela base, isto é, a criação de organizações de massas nas empresas, fazendas, escolas, nos locais de trabalho e residência. As organizações de cúpula são necessárias para a coordenação dos movimentos coletivos, mas o centro de gravidade de todo o trabalho deve estar nos organismos de base, diretamente vinculado com o povo. Neste terreno, a atenção principal dos revolucionários deve voltar-se para o funcionamento de organizações operárias nas empresas e de organizações camponesas nas fazendas e povoados.

No ponto seguinte, sobre o Partido de Vanguarda Marxista-Leninista, MA volta a enfatizar a relação com a base:

Ao emprendermos a reconstrução do Partido, devemos ter em conta que a tarefa principal – a luta armada – só poderá ter êxito se for entrelaçada com o movimento de massas na cidade e no campo. (...) Daí a necessidade da estruturação partidária nas fábricas e nas minas, nos transportes e vias de comunicação, nas fazendas, nos bancos, nas escolas e nos quartéis, nos bairros operários e populares.

O fato de Caio Prado Jr., Mário Alves, Mário Pedrosa, e tantos outros, operarem com categorias que se situam no universo temático gramsciano, estabelecendo determinado tipo de "afinidades", expressa a riqueza e mesmo a universalidade das categorias do marxista italiano, tais como: hegemonia, bloco histórico, revolução passiva, etc., que funcionam como princípios gerais da ciência política. Daí, a atualidade de seu pensamento.

Neste sentido, Caio Prado Jr., Carlos Marighella, Mário Alves, Mário Pedrosa, cada um com suas particularidades, junta-se ao primeiro marxista da América latina, José Carlos Mariátegui, para quem "o socialismo latino-americano não deve ser cópia nem imitação, mas criação heróica". Mariátegui foi quem realizou o primeiro contato

da América Latina com Gramsci. Não por acaso, cedo ou tarde, eles se enfrentaram ao marxismo dogmático stalinista.

Apesar da curta experiência de Alves à frente do PCBR, de abril de 1968 a janeiro de 1970, foi possível construir uma nova visão da relação *partido-massa*. Neste período, Alves realizou algumas viagens pela Europa, as quais lhe permitiram a observação de novas experiências, por exemplo, a *Primavera de Praga* na Tchecoslováquia, as lutas de trabalhadores na Itália do *Outono Caldo* dos Conselhos Operários e também em Cuba, ainda sob a paixão de Che Guevara.

O ano 1968 também deve ter provocado em Alves novas questões. Além disso, ainda nos anos 1950, ele esteve na URSS precisamente na época do XX Congresso do PCUS e da Revolução dos Conselhos na Hungria. Este caldo político e cultural lhe permitiu construir uma nova concepção do papel do Partido e das Organizações de Massa dos Trabalhadores.

Mario Alves também visitou a China de Mao Tse Tung, no mesmo período em que esteve na URSS, observando uma outra concepção da construção do socialismo. Na verdade, tudo isto são hipóteses, muito prováveis. A sua morte assassinado no DOI-CODI em janeiro de 1970, dificultou tudo isto.

Biografia e/ou algumas hipóteses sobre Mario Alves.

A partir da entrevista que concedi ao pesquisador e coordenador do Instituto Mario Alves de Pelotas/RS, Renato Della Vecchia, com o objetivo de fornecer elementos para sua Tese acadêmica, sobre “M.Alves: entre o leninismo e a autonomia”, tracei as seguintes hipóteses sobre as origens do pensamento político do fundador do PCBR.

MA nasceu em 1923, na vila de Santo Sé, Bahia, no polígono das secas. Foi assassinado em 1970, no DOI-CODI RJ.

Em Salvador, capital da Bahia, MA entrou para o PCB, com a idade de 15 anos, isto é, em 1938. Participa da famosa Conferência da Mantiqueira em 1943. Já estudava na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Aos 22 anos [em 1945] foi eleito para direção estadual do PCB. Em 1947, fugia com sua esposa Dilma, para o Rio de Janeiro, pois o PCB estava outra vez na ilegalidade. Em novembro deste ano, nascia Lucia, sua filha.

Fugindo da repressão, MA foi morar em SP, onde trabalhou com Jacob Gorender, na Revista " Problemas". Esta era dirigida por Diógenes Arruda e, receberia o reforço de Apolônio de Carvalho, recém chegado das lutas na Europa, herói da Guerra Civil Espanhola e da Resistência Francesa.

Revolução Chinesa, em 1949.

Em 1953, MA visitou a URSS, junto com Apolônio de Carvalho e um grupo de militantes do PCB. Objetivo: participar de um curso sobre o marxismo e conhecer a experiência soviética.

Na volta, conversaria com Gorender , que também viveu na URSS de 1955 a 1957.

1953 foi o ano da morte de STALIN e das primeiras greves no Leste, sobretudo, em BERLIM.

Em 1953, no Brasil houve uma greve em SP, de 300 mil operários. Gorender era do Comitê Estadual e, responsável nas fábricas de Santo Andre.

Em 1954, foi o suicídio de G VARGAS e, também, do IV Congresso do PCB, no mês de novembro.

Vários jovens entram no CC, entre eles, MA, Apolônio e Gorender.

Em 1956, com o XX Congresso do PCUS, e a divulgação do RELATORIO KROUSCHEV , ocorre a luta interna = uma linha ortodoxa defendia a manutenção da linha do partido; outra corrente, defendia a dissolução do partido; MA estava numa terceira corrente, que defendia mudanças na política do partido.

Gorender retornou da URSS em 1957, quando a questão já estava definida.

Prestes e Giocondo formaram uma Comissão para fazer um documento: Gorender, MAlves, Armênio Guedes, Alberto Passos Guimarães, Giocondo. O documento se chamou a DECLARAÇÃO DE 1958.

MAlves foi alçado para Comissão Executiva do CC.

Em sua obra autobiográfica, APOLONIO DE CARVALHO, fala sobre esta conjuntura de agonia do socialismo. Sobre a conjuntura nacional, o autor analisa:

A sucessão de episódios na segunda metade da década de 50 traz uma radical alteração a esse quadro, congelado há quase um decênio. No Brasil, o suicídio de Vargas expõe o completo divórcio entre a orientação política seguida pelo PC e a população, e deixa a direção desarvorada. Enquanto a população protesta maciçamente nas ruas, documentos ainda destes dos comunistas chamavam à derrubada do governo Vargas pelas armas.

Em relação à conjuntura externa, Carvalho afirma:

Na URSS, o XX Congresso do PCUS abre-se com a leitura do estarrecedor informe secreto sobre as atrocidades cometidas sob a direção de Stalin. E com um chamamento ao fim de 30 anos de autoritarismo e culto à personalidade. Ao mesmo tempo, os soviéticos alteram suas formulações teóricas e propõem ao movimento comunista internacional que busque a revolução através de caminhos pacíficos.

Carvalho expõe a conjuntura pessoal

Estávamos Renée e eu, em Moscou, participando de um curso de formação política. Pudemos sentir entre os professores o clima de reavaliação crítica e autocrítica que se iniciava. Poo coincidência, estávamos também os dois iniciando nossa quebra particular do culto à personalidade. O que era relativamente fácil para Renée e seu espírito aberto, de agudo senso crítico e, não raro, caustico. Não o era para mim que guardava uma visão idealizada da URSS – o socialismo já construído, em transição para sua fase superior, o comunismo – e dificuldades em ver o

socialismo realmente existente – autoritário, sem democracia nem direitos humanos, com profundas deformações políticas, econômicas e sociais.

Renée me ajudaria, em meu lento retorno ao papel de militante consciente, a ver os ostensivos problemas de uma sociedade que, quarenta anos atrás, se libertaria dos grilhões do capitalismo: marcas de atraso; largos desníveis sociais; as duras condições de vida dos trabalhadores, no campo como na cidade; os privilégios dos altos e médios escalões partidários; o monopartidarismo; a diluição do apelo dos soviéticos, ou conselhos populares, sob o peso da fusão Partido-Estado”.

A conjuntura do PCB foi abordada por Carvalho também:

De volta ao Brasil, encontro o partido imerso numa profunda crise política, que terminará ocasionando sua primeira grande cisão. Aturdida, a organização está paralisada. A direção sonega qualquer informação sobre o Informe Secreto. É pela imprensa tradicional que os militantes tomam conhecimento de seu conteúdo, cuja veracidade as direções se recusam a confirmar. A indignação tantos anos represada explode; jornalistas e intelectuais abrem, na marra, na “Voz Operária”, do PC, o debate sobre o stalinismo e suas repercussões na organização e na política do partido.

Conforme Carvalho, a conjuntura governo JK:

Inicia-se uma nova e importante fase do PCB. Sinto-me, no entanto, intimamente dividido: aplaudo a renúncia à orientação política anterior, mas tenho muitas dúvidas: estou pouco à vontade dentro da nova orientação traçada. Já não estamos, entretanto, na dura clandestinidade anterior. É já o governo JK, e o PCB desfruta de uma semilegalidade.

Em relação aos cursos de formação política, Carvalho afirma:

Procurando recuperar as características de toda minha militância anterior, vou buscar estímulo e espaços junto aos militantes, reproduzindo aqui os cursos de que acabo de

participar em Moscou. Na realidade, essa deveria ter sido minha primeira tarefa ao retornar : transmitir e desenvolver , à luz da realidade nacional, os ensinamentos que me foram passados.

Assim, com um aval ambíguo da direção e entre tarefas ocasionais(...) dou início a um empenho tenaz de formação política junto às bases: nos bairros, nos subúrbios, nos sindicatos, e crescentemente entre os estudantes universitários. Surpreendem-me e anima seu interesse e receptividade. Quase todas as noites dedico-me, pois, a cursos. Vez por outra, solicito a colaboração de sindicalistas. O Comitê regional dos Marítimos vai mais longe: quer um curso de marxismo, com incursões na economia política. Socorro-me de Renée , enquanto Pedro Mota Lima se alterna comigo na História do Movimento Operário.

Na análise da estratégia de formação política, Carvalho considera que

Tanto se alastram os cursos pela antiga Guanabara, que, por iniciativa de Mario Alves e Jacob Gorender, o comitê central decide assumi-los. Cria-se uma Comissão de Educação Política que, em verdade, terá características de uma dinâmica Secretaria Nacional. Gorender, Mario Alves, João Pedro Francisco e eu compomos seu núcleo central, e entre os participantes contam-se operários, estudantes e outros setores de classe média.

Com idêntico impulso, começam a surgir comissões regionais. Além disso, diversificam-se as iniciativas –sonhamos agora com cursos de nível superior. Não se trata de fantasias. Jacob Gorender, por exemplo, dono de vasto saber, já desenvolve cursos de filosofia no meio universitário. Mario Alves promove debates em Recife, Belo Horizonte, Rio e São Paulo. Com grande audiência, a comissão estende ao Rio Grande do Sul, a Minas e a Pernambuco ciclos de temas diversos.

Em relação a linha defendida no V Congresso , Apolônio afirma, “sinto-me uma ilha cercada de impactos e contradições [...]. Antes de tudo, em casa: Renée e nossos filhos não crêem nas novas diretivas políticas”. Um texto de sua autoria é censurado no jornal “Novos Rumos” por atentar contra a linha partidária! Apolônio apela para Comissão executiva: “Em nome dela, vem ter comigo Mario Alves. Lemos na íntegra a

matéria ,e ele acaba por propor apenas alterações de forma.Eu aceito,ele avaliza.
‘Também ele está dividido’, penso, malicioso”.

No final dos anos 50,precisamente em 1958, MA viajou para CHINA. Na volta dirigiu o jornal "Novos Rumos", que substituiu a Classe Operaria. Gorender dirigia a revista "Estudos Sociais", na qual MA escreveu vários artigos.

Um fato novo na América Latina : a revolução Cubana, em 1959 abria novas possibilidades revolucionarias. À época do governo JANGO, MA, Apolônio e Gorender moravam no Rio.Trabalhavam juntos na Secretaria Nacional de Educação do PCB, um tipo de escola superior de política, realizando cursos e debates em todo o Brasil, sobre a realidade brasileira, o marxismo e que agitava a militância do PCB.

MA critica a postura dirigente do PCB (de Giocondo Dias) ao escrever o texto "Duas Linhas na Luta pela Reforma Agrária", publicado pela revista da UNE. Em 1963, MA critica o Plano Trienal de Celso Furtado e empolga a juventude e os intelectuais do Rio. Em março 1964, MA volta a ilegalidade e, é preso em julho. Durante um ano ficou preso;foi solto em meados de 1965. Em 1967, foi condenado à reclusão por 7 anos e teve seus direitos políticos cassados por 10 anos.

Nos debates internos da época no PCB, MA foi destituído da CE e desloca-se para MG. Acirra-se a disputa interna no PCB. MA, Gorender, Apolônio, estão à frente das criticas.Em SP,Marighella, Rafael Martinelli ,Câmara Ferreira,Rolando Frati, entre outros, fundam o “Agrupamento Comunista”. Criticam o reformismo do PCB. Deste conjunto de militantes, surge a Corrente Revolucionária. Nesse contexto, MA destaca-se com suas TESES que circulam dentro do partido como principal documento de critica a posição oficial.

MA era responsável pela direção do partido em MG; Apolônio no RJ; Gorender, no RS; Marighella, em SP. Em julho de 1967, Marighella foi expulso do PCB.MA, com outros dirigentes protestam e se retiram da reunião. O VI Congresso do PCB expulsa estes dirigentes. MA, com 44 anos encerrava 29 anos de militancia no PCB. No segundo semestre de 1967, MA muda-se para SP.

Em abril de 1968, funda-se o PCBR, em reunião na serra da Mantiqueira. Os princípios teóricos e as bases políticas foram estabelecidos num documento redigido por Mario Alves. No mesmo ano, o novo partido criticava, em nota aberta, a invasão da Tchecoslováquia pela Rússia, para debelar a Revolução dos Conselhos Operários, sobretudo, em Praga. MA criticava a teoria foquista de DEBRAY.

Em final de 1968, MA viajou para CUBA. Retorna pela EUROPA [Itália] onde participa de manifestações políticas; em início de 1969. Em meados de 1969, MA volta para morar no Rio, em um bairro operário, onde é conhecido como 'VILA', em homenagem a Martinho da Vila.

No segundo semestre de 1969, MA viajou pelo CC, a PE e BA. À época, MA criticava a posição do CC de apoio à Frente Rev. Popular. Após um assalto a banco, no Rio, em 17 de dezembro de 1969, ocorre prisão de muitos quadros do Br, que levariam a prisão de MA em 16 de janeiro de 1970.

A hipótese é de que a ideia de **autonomia** vem a MA a partir de seus contatos nas viagens feitas à URSS, em 1953 e, à CHINA, em 1958. Os debates que se seguiram ao Relatório Krushev, em 1956, as **lutas operárias** na Polónia e Hungria naquele ano, os contatos em Cuba e Itália [das lutas operárias e autonomistas] no final dos anos 60; a revolução conhecida como Primavera de Praga, em 1968, fortaleceu a ideia de **autodeterminação dos povos e da busca plural na construção do socialismo**.

Este conjunto de experiências forneceria a MA os elementos para sua visão da autonomia, assim como, da necessidade de um novo partido, contrapondo-se ao **foquismo** vigente (de Debray a ALN), e ao reformismo e burocratismo do velho "Partidão". MA foi um verdadeiro equilibrista entre a necessidade do partido de vanguarda e a autonomia. Entre LENIN e ROSA LUXEMBURGO, que possivelmente conhecia através do jornal de MARIO PEDROSA, a VANGUARDA SOCIALISTA; pois, mesmo sendo uma publicação de um ex-trotskista, MA tinha suficiente autonomia e curiosidade intelectual para estar a par do que se publicava no campo socialista nos anos 50.

O “Socialismo Petista” - 13 teses contra o ‘Muro’

Em Outubro de 1997, Michael Lowy, em debate na sede do PT, em SP, afirmava que “O Documento ‘O socialismo petista’, de 1990, é um texto fundamental na história do movimento socialista mundial”. O PT foi em sua construção, espaço de convergência de várias gerações da esquerda do Brasil. E, herdou muitas experiências da América Latina.

O PT nasceu em um contexto histórico marcado, de um lado, pelo esgotamento histórico da estratégia da COMINTERN e pela crise de outras alternativas (maoísmo, guevarismo, trotskismo, eurocomunismo, etc). De outro lado, pelo surgimento de novas estratégias, que tiveram suas ex